

**Da “restauração” da monarquia à “conciliação” com a república:
diálogo entre textos, escolhas políticas de Nabuco e episódios da
primeira década republicana**

Izabel Andrade Marson

A primeira década republicana foi um período particularmente fértil na criação de projetos reformistas para a nação brasileira. A crise da monarquia, a forma inesperada como foi implantado o regime republicano e, sobretudo, as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos primeiros governos acabaram por tornar o destino da jovem república um tema de reflexão para os intelectuais-políticos daquele momento, tanto para seus defensores quanto para seus adversários. Na origem destas dificuldades pode-se reconhecer pelo menos duas motivações: por um lado, a frustração das expectativas republicanas originou grupos com opiniões divergentes, dentre eles uma aguerrida facção jacobina; por outro, a falta de coesão dos adeptos da restauração monárquica, decorrentes das rivalidades pessoais, origens políticas, discordâncias sobre o perfil da monarquia ideal e sobre quais deveriam ser as estratégias para reverter a ordem republicana recém instaurada.¹

O embate político se exteriorizou de diversas formas ao longo desta década. Pode-se reconhecê-lo nas discussões parlamentares, nas manifestações de rua, nos golpes de bastidores, nos atentados e nas tentativas de guerra civil. Mas, não se restringiu a estas maneiras clássicas de luta política. Um outro lugar importante desta disputa, no qual se manifestaram idéias e argumentos, pode ser reconhecido na imprensa diária e, especialmente, em obras de cunho historiográfico laudatórias ou críticas do novo regime. Dentre os trabalhos que o avaliaram positivamente estão: *O advento da República no Brasil*, de Cristiano Ottoni (1890) e *Origens Republicanas*, de Felício Buarque (1894). Já entre os textos críticos da república e valorizadores da monarquia destacam-se: *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, de Afonso Celso (1891); *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* (1890) e *A Ilusão americana* (1893), de Eduardo Prado; *Memórias de meu Tempo*, de Pereira da Silva (1896-99); e os livros de Joaquim

¹ Sobre a atuação dos monarquistas e radicais jacobinos após o 15 de novembro ver JANOTTI, M.L. **Obras Citadas**. e QUEIROZ, Suely Robles Reis de - **Os radicais da república**. S. P. Brasiliense, 1986. Ver também, COSTA, E.V. da - **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 2^a. ed. S. Paulo, Ciências Humanas, 1979; e LAPA, J. R. do Amaral (org.)- **História Política da República**. Campinas/SP, Papirus Ed., 1990. Sobre a frustração das expectativas com a República, sobretudo das camadas populares fluminenses, ver CARVALHO, José Murilo de - **Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi**. S. Paulo, Cia das Letras, 1987; **A formação das almas. O imaginário da república no Brasil**. S. Paulo, Cia das Letras, 1990.

Nabuco, *Balmaceda, A intervenção estrangeira e a Revolta da Armada* (ambas de 1895), *Um Estadista do Império* (1897-1899) e *Minha Formação*, escrito autobiográfico de 1900.²

Os textos que abordaram a história do Império foram preparados em circunstâncias muito difíceis para seus autores e para os militantes da causa monárquica no Brasil. Por um lado, em virtude da tenaz perseguição desenvolvida por grupos jacobinos que agiram abertamente durante o governo Floriano (1892-1894) e mais controlada, mas não menos ameaçadoramente, durante a gestão Prudente de Moraes (1894-1898). Por outro, pelo fato destes militantes terem divergentes opiniões sobre como realizar a oposição à república: se apenas homenageando a monarquia e denunciando os políticos adesistas, a prática e os políticos republicanos; ou se realizando uma agitação sistemática através da imprensa, conspirando e promovendo uma guerra civil no intuito de derrubar o regime; ou ainda, se construindo uma sólida argumentação em favor da monarquia e esclarecendo a sociedade através da propaganda, de forma a prepará-la para a vivência conseqüente daquela modalidade de governo. Tais discordâncias acabariam aparecendo no debate na imprensa e no conteúdo das obras sobre a experiência monárquica.

Em estudos que abordaram a história do Império, alguns destes escritores desenvolveram uma consistente argumentação destacando a importância e adequação da monarquia ao Brasil, e recusando teses recentemente divulgadas em textos de políticos republicanos sobre as raízes “naturais” da república na América. Nesta modalidade de obras criadas pela oposição monarquista projetam-se, além de **Um Estadista, A Ilusão Americana** de Eduardo Prado e **Memórias de meu tempo**, de Pereira da Silva, esta última contendo uma leitura do período imperial destoante e polêmica em relação às colocações de Nabuco.³

Apesar das discrepâncias, a oposição monarquista – especialmente os grupos do Rio de Janeiro e de S. Paulo – partilhou argumentos, procedimentos e um percurso ao longo da

² OTTONI, C.- **O advento da República no Brasil**. R. de Janeiro, Perseverança, 1890; BUARQUE, F.- **Origens Republicanas. Estudos de Gênese Política em refutação ao livro do sr. Afonso Celso, O Imperador no Exílio**. Recife, Francisco Soares Quintas Ed. 1894;. CELSO, A. - **Advento da Ditadura Militar no Brasil**. Paris, E. Pichon, 1891; PRADO, E.- **Fastos da Ditadura Militar no Brasil e A Ilusão Americana**. S. Paulo, Escola Typographica Salesiana, 1902.; PEREIRA DA SILVA, J.M. - **Memórias do meu tempo**. R. de Janeiro, Garnier, 1895-6. 2 v.; NABUCO, J.A. **Balmaceda**. R.J., Typ. Leuzinger, 1895; **A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada**. R.J. Typ. Leuzinger, 1896; **Um Estadista do Império; Nabuco de Araujo, sua vida suas opiniões, sua época**. R.J./Paris, H. Garnier livreiro e editor, 1897-99. 3 vols.

³ Adversários no Parlamento Imperial durante todo o tempo em que ali atuaram, sendo Pereira da Silva conservador e Nabuco liberal, uma vez desalojados de seus cargos, os ex-deputados continuaram a polemizar, nas obras que escreveram, sobre as razões da queda da monarquia. A propósito conferir o texto introdutório de Célio Tasinafo que acompanha a segunda edição da obra de Pereira da Silva: TASINAFO, C.R.- “Memórias do Meu Tempo: política como ciência experimental”. IN: PEREIRA DA SILVA, J.M.- **Memórias do meu Tempo**. 2^a. ed. Brasília, Edições do Senado Federal, 2003. 3 v.

primeira década republicana.⁴ Este percurso, já elucidado pelos mencionados estudos de Janotti e Queiroz, constituiu pelo menos três momentos – balizados *grosso modo* pelos marcos cronológicos dos primeiros governos republicanos – que ficaram registrados na correspondência pessoal e nos escritos de Joaquim Nabuco. Tal documentação nos esclarece ainda sobre um importante traço da oposição monarquista: os conflitos pessoais entre as lideranças, fundados em convicções políticas díspares (de origem liberal ou conservadora), no personalismo e no desejo de independência, características presentes também na trajetória de Nabuco. A preservação desta independência – um traço clássico em seu comportamento desde o período de atuação parlamentar e que originara muitos desentendimentos com seu partido, o liberal⁵ - lhe custaria, nesta outra circunstância, um quase isolamento dentro do grupo restaurador e o faria desenvolver uma militância singular que privilegiou a dedicação à imprensa e, especialmente, à confecção de livros sobre a política contemporânea e sobre a história do Império. Vejamos as situações vivenciadas pela oposição monarquista e, nelas, a particular intervenção de Nabuco.⁶

2.1. Transitoriedade da República

No primeiro momento (1889-1891), período do governo Deodoro, os monarquistas acreditaram numa “transitoriedade do regime” – em virtude da “situação de caos” implantada pela república – pressuposto que os levou a atuar nos jornais denunciando uniformemente o descalabro típico dos regimes republicanos: a falta de liberdade, o domínio da caserna, a corrupção política, financeira e moral, e o incontornável esfacelamento do país. Ainda, alguns de seus membros gestionaram junto à família real (especialmente junto à princesa Isabel), no sentido de que definisse um sucessor para o trono e expressasse sua simpatia em relação ao movimento monarquista existente no Brasil. A certeza sobre “um retorno natural à monarquia” provinha, segundo opinião expressa por Nabuco em cartas a correligionários exilados, do exemplo do passado – a Maioridade do Imperador ocorrida em 1840 –, das

⁴ Um balanço comparativo com a monarquia abordando os dez primeiros anos da República foi sistematizado numa coletânea escrita por importantes lideranças monarquistas (Afonso Celso de Assis Figueiredo – o visconde de Ouro Preto; Carlos de Laet, Gal. Cunha Matos e Theodoro Sampaio) e publicada em 1900. Conferir **A Década Republicana**. Rio de Janeiro, Cia. Typographica do Brasil, 1900. 6 volumes.

⁵ Sobre as discrepâncias entre Nabuco e as chefias do Partido Liberal ver: MARSON, I.A. **Política, História e Método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão**. Uberlândia, EDUFU, 2008. (Cap. 2 e 4).

⁶ Os dados da biografia de Nabuco apresentados neste texto foram colhidos em: NABUCO, J.- *Cartas a Amigos*. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. S. Paulo, IPÊ, 1949. v. 1-2; NABUCO, C. - *A vida de Joaquim Nabuco, por sua filha Carolina Nabuco*. 3ª ed. Americ=edit., s/d ; e VIANA FILHO, L.- *A vida de Joaquim Nabuco*. S. Paulo, Martins/Brasília/INL, 1973.

inúmeras circunstâncias de restauração acontecidas na Europa ao longo do século XIX, da crença numa inevitável militarização das repúblicas americanas e, especialmente, da convicção de que o povo brasileiro, embora afastado das questões e decisões políticas, continuava fiel à monarquia.

Atuando no Rio de Janeiro como colaborador do *Jornal do Brasil*, neste primeiro período, Nabuco informou seus correligionários (o barão de Penedo, o barão do Rio Branco) e o Imperador, sobre uma inevitável queda da república, em decorrência dos equívocos intrínsecos ao exercício daquela modalidade de pacto político nos países americanos:

“Todos nós fazemos votos para que o exílio de V.M. não se prolongue até o completo esgotamento do país que não tarda. A linguagem dos jornais mostra que o descontentamento cresce sem parar, na razão da corrupção republicana.(...) Assim como a Monarquia, por ser um governo nacional, honesto e responsável, não servia para a época de especulação desenfreada que atravessamos, os aventureiros precisam de um governo também aventureiro, assim também a República não servirá (como se está vendo no Rio da Prata) para a época de reparação.(...)”

“De política brasileira nada senão (...) sua anarquia degradante à qual os homens políticos do antigo regime que se têm associado não levam nenhum prestígio, perdendo apenas o que tinham. (...) O povo continua monárquico – cada vez mais convencido de que tudo mais é uma orgia governamental – mas não se mexe por sua natureza paraguaia de sofredor inesgotável. Quem sabe, porém, de um momento para o outro! O bom é que a república é uma idéia hoje gasta e desacreditada. Não será o Floriano que a reabilitará”.

“De política, meu caro, não há o que dizer. Uns são pessimistas, outros otimistas (falo dos nossos), mas é preciso dar tempo ao tempo, não querer que tudo se revele num dia e saber esperar. Eu acredito firmemente que tudo está crescendo no sentido das nossas esperanças e que o próprio ceticismo dos que aceitam tudo e só acreditam na possibilidade do que está, trabalha sem o saber a nosso favor. Atualmente a República está sem oposição – mas a verdade também é que ainda o povo não aceitou e que, apesar do sentimento nacional achar-se tão debilitado que nem pode expressar-se, não se deve considerar fundado, somente porque ninguém combate, um regime a que o país se mantém estranho e considera estrangeiro. Os impacientes porém desanimam logo (...) Eu porém, não estou nada abalado, porém pelo contrário muito restaurado, na minha esperança da primeira hora, para não dizer da véspera.(...) a República está inteiramente desacreditada, pronta para cair de podre, com satisfação geral.(...) A situação financeira, a carestia de gêneros, a crise da praça, a doença de Deodoro, a desmoralização do Congresso, a propaganda separatista – tudo junto faz um belo horizonte”.⁷

Também recusou convites feitos por antigos companheiros do partido liberal (Dantas, Saraiva, dentre outros) para que aderisse ao novo regime. Sua argumentação sobre estes temas foi sistematizada no opúsculo *Por que continuo a ser monarquista*, publicado em 1890⁸. Nele deixa claro que, em virtude da inexistência de uma tradição histórica de interesse dos cidadãos

⁷ NABUCO, J.- Carta ao Imperador (9/2/1891); Carta ao Barão de Penedo (11/5/1891); e Carta ao Barão do Rio Branco (9/9/ e 18/10 de 1891). IN:*Cartas a Amigos*.v. 1, pg. 199, 204, 205-6.

⁸ NABUCO, J.- *Porque continuo a ser monarquista*. Carta ao Diário do Commercio. Londres, Abraham Kingdon & Newham Impressores, 1890.

pelos problemas de suas comunidades políticas – conforme se podia perceber na história norte americana – não considerava possível uma república “ autêntica” na América Latina . Para Nabuco, a república no Brasil se tornara presa fácil dos ditadores por ter fundações frágeis – o ressentimento dos escravistas e o despreparo do exército – e incapazes de sustentar uma verdadeira democracia. Criticando sobretudo a falta de liberdade e a centralização política, práticas condenáveis tanto no passado quanto no presente, esclareceu que não hipotecava seu apoio nem à monarquia vivida no Brasil no final do XIX – para a qual propusera inúmeras reformas – nem à república que se implantara em 1889, pois era muito diversa de “repúblicas autênticas” como a Suíça e os Estados Unidos. Entre as “pseudo-repúblicas” e a monarquia preferia esta última por ser, para o caso das nações americanas, a forma de governo mais próxima do perfil das genuínas instituições e intenções republicanas:

“ Eu era monarquista porque a lógica me dizia que não se devia absolutamente aproveitar para nenhuma fundação nacional o ressentimento do escravismo; por prever que a monarquia parlamentar só podia ter por sucessora revolucionária a ditadura militar, quando a sua legítima sucessora evolutiva era a democracia civil; por pensar que a república seria no Brasil a pseudo-república que é em toda a América Latina. Eu dizia que a república não poderia funcionar como governo livre, e que, desde o dia em que ela fosse proclamada, desapareceria a confiança, que levamos tantos anos a adquirir sob a monarquia, de que a nossa liberdade dentro da lei era intangível.(...) .

Infelizmente o mais que eu posso dizer é que não tenho ainda razão alguma para mostrar na república triunfante a esperança que a militante nunca me inspirou.”

Confesso, entretanto, que sinto muito menor constrangimento hoje do que antes ao recusar dizer-me republicano. (...) de fato, a república, moralmente falando, só tem perdido terreno desde 15 de novembro. Não se verificou somente que o país não estava preparado para ela, mas também, o que é talvez pior, que ela não estava preparada para o governo. Diz-se que ela não tinha homens, é um perfeito engano (...) O que ela não tinha era princípios.

Eu sou o primeiro a dar testemunho de que o partido republicano foi inicialmente um movimento puro de aspiração democrática; o primeiro grande contingente, porém, que ele recebeu, o da escravidão, fê-lo perder de vista o povo; e o segundo contingente, o do exército, que o tornou vencedor sem combate, fê-lo perder de vista a própria república.(...)

(...)“Se eu tivesse por ambição na vida ser cidadão de uma república, há muito, conforme a liberdade falasse mais à minha imaginação pelo prestígio de uma tradição imemorial ou de um futuro garantido por séculos, eu me teria naturalizado suíço ou norte-americano .Teria assim a certeza de pertencer a uma república autêntica..(...). A república nos países latinos da América, é um governo no qual é essencial desistir da liberdade para obter a ordem. (...) .

(...) seria difícil fundar uma república no Brasil que tenha tantos característicos da verdadeira república como tinha a monarquia. Classificar os governos pela sua forma é como a antiga classificação botânica pelas semelhanças exteriores.(...)⁹

⁹ *Idem, ibidem*, pg. 4 -9,14,21.

Nesta circunstância, Nabuco engrossou o contingente daqueles que militaram nos jornais e na pesquisa histórica. Entre janeiro e agosto de 1892, embora residindo em Londres onde novamente tentava se fixar, continuou a escrever para folhas brasileiras como correspondente. Entretanto, mal sucedido no intento de encontrar uma colocação na Europa, e premido por problemas familiares, voltou ao país para, juntamente com o trabalho na imprensa, retomar um projeto antigo (já pensado quando de sua estada da Inglaterra na década de 1880) – escrever a Vida de seu pai – projeto agora (re)significado por novas questões políticas: o engajamento na defesa da causa monárquica, as dissidências entre os monarquistas e a denúncia das mazelas do militarismo e do “terror” jacobinos, temas que orientariam todos seus escritos a partir daquele momento. Então, aliando política e sobrevivência, produziu arduamente: escreveu para o *Jornal do Commercio* os artigos que, mais tarde (em 1895) reunidos, formariam o livro de **A intervenção estrangeira e a revolta da Armada**. Além disso, selecionou a documentação e preparou o esboço dos 3 volumes de **Um Estadista**.

A renúncia de Deodoro, em dezembro de 1891, pareceu de início confirmar as expectativas da oposição ao regime. Porém, o insuspeitado vigor e organização dos florianistas no poder e os vínculos entre o “Marechal de Ferro” e os jacobinos assinalaram equívocos naquela avaliação e anunciaram um segundo momento na trajetória monarquista. Sitiada pelo recrudescimento da repressão que levou ao exílio muitos de seus membros, mas também alentada pela resistência dos republicanos federalistas que não viam com bons olhos o domínio do militarismo jacobino sobre a jovem república, e pelo sucesso da revolução restauradora promovida pela armada chilena contra a ditadura de Vicente Balmaceda, parte significativa das lideranças monarquistas passou a acreditar numa ação mais decisiva: a guerra contra a ditadura florianista. Alguns se engajaram na Revolta da Armada ocorrida entre setembro de 1893 e março de 1894, um movimento de resistência às medidas de exceção decretadas por Floriano – que terminaria em humilhante derrota para os rebelados – comandado pelo almirante republicano Custódio de Mello e reforçado por contingentes monarquistas conduzidos por Saldanha da Gama. Outros, mais restritivos em relação às soluções violentas, deram continuidade às denúncias na imprensa, embora não deixassem de expressar uma indisfarçada simpatia pelos rebeldes, a exemplo de Nabuco nos artigos que trataram da Revolta da Armada e que avaliaram a intervenção das potências estrangeiras naquele episódio:

“Não pode haver nada de mais errôneo do que pretender-se que a revolta foi sufocada pelo entusiasmo republicano. Decerto, os batalhões voluntários e a Guarda Nacional prestaram bons serviços ao Governo (...) repelindo os ataques como o da Armação; a grande vitória, porém, não foi ganha por batalhões em terra; foi ganha pela fortificação da cidade, e essa fortificação o marechal Floriano Peixoto só a levou a cabo graças ao braço forte que em outubro e mesmo em setembro a esquadra estrangeira lhe prestou indiretamente. (...) a vitória de 13 de março foi originária e principalmente devida à inutilização do poder agressivo da esquadra no porto do Rio de Janeiro, o que quer dizer que foi devido à intervenção estrangeira.(...)”

A revolta, que aliás dispôs sempre de pouco pessoal habilitado, sobretudo para o manejo da artilharia, perdeu-se pela falta de união e acordo entre os elementos da Marinha; por demasiada confiança do almirante Melo(...); perdeu-se, mais, por falta de unidade de comando e dispersão dos navios e das forças; (...) por mal entendida generosidade com um inimigo que não dava quartel – quem não quer empregar os meios de guerra não faz a guerra, sacrifica inutilmente os seus subordinados, como essa valente marinhagem de Villegaignon que, enquanto se batia de frente a canhão com as fortalezas da barra, era derribada de terra, pelas costas, a tiro de fuzil; perdeu-se por excessiva deferência aos desejos das potências, desistindo do emprego de meios que pertencem a todo beligerante de fato; por esperanças vãs em movimentos na cidade, que o Terror impedia de congregar.(...) Mas a causa primária do insucesso da revolta foi o golpe da esquadra estrangeira que a paralisou e o acordo ilusório de 5 de outubro, em que ela se deixou enlear “.¹⁰

A instalação do governo civil de Prudente de Moraes, a concessão da anistia aos rebeldes federalistas e monarquistas e o conseqüente afrouxamento da repressão a este último grupo – especialmente após a morte de Floriano e de Saldanha da Gama ocorridas em junho de 1895 – assinalaram um terceiro momento (1895-1898) no percurso monarquista. Admitindo a força do republicanismo no país – apesar de fragmentado em várias correntes, dentre as quais se destacava o jacobinismo – e contando com a frágil abertura franqueada pelo novo governo, a oposição planejou a montagem de um partido monárquico que agisse legalmente no jogo partidário, e uma aguerrida propaganda na imprensa.

Os novos procedimentos sinalizavam mudanças nas concepções e estratégias desta oposição. Ela passava a aceitar a idéia de que a república – inclusive o jacobinismo – tinha respaldo em setores significativos da população, setores que se propôs conquistar por meio da propaganda e da organização partidária. Mas o consenso nestes assuntos terminava aí. As diferenças eclodiram, por exemplo, na definição dos temas e linguagem desta propaganda, das proposições que constariam dos manifestos, dos métodos de atuação do partido, do espaço para as facções nas folhas monarquistas. Foram diferenças deste teor que levaram à exclusão de Nabuco do manifesto monarquista preparado no Rio de Janeiro, manifesto que ele, inclusive, auxiliara a redigir. Elas o levaram ainda a recusar uma participação no jornal *Liberdade*, capitaneado por Ouro Preto e Carlos de Laet, um de seus desafetos; e a desistir da chefia da redação do *Jornal do Comércio de S. Paulo*, folha de propriedade de Eduardo

¹⁰ NABUCO, J.- “A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893”. IN: SILVA, Leonardo Dantas da (org.)- Nabuco e a República. Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana, 1990. p. 155-156.

Prado. Além de exigir autonomia no gerenciamento das publicações, Nabuco não aceitava o princípio do “quanto pior melhor” e a previsão de uma queda próxima da república – pressupostos aceitos por muitos monarquistas – divergências que o fizeram resistir à idéia de uma agitação enérgica fundada em ataques pessoais aos adversários. Neste sentido, contrapunha uma campanha de longo prazo visando a (re)condução da sociedade a um pacto político civilizado: ou ao regime monárquico – escolha que considerava moldada para as condições do país – ou, na impossibilidade deste retorno, pensava em uma (re)configuração da república de maneira a assemelha-la à experiência chilena, idéia externada no livro **Balmaceda** publicado no início de 1895. Respondendo ao convite de Eduardo Prado para assumir a chefia da redação de *O Comércio de S. Paulo*, explicou que não poderia fazer um jornal de agitação ou panfletário pois compreendia que o papel da imprensa naquele momento deveria ser “o de um médico em um hospício de alienados”. Eis suas proposta:

“Há três modos, a meu ver, de fazer um jornal monarquista neste momento. Um é faze-lo jornal restaurador, centro de agitação, um jornal na linguagem da **Autorité** ou da **Libre Parole**. Esse jornal ou era recebido com indiferentismo, se fosse escrito sem talento, ou realmente assustava os guardas da República, que açulariam o exército contra ele. Esse jornal eu não o faria. Estou convencido de que não há segurança para ele; que seria uma provocação seguida de uma fuga, se não o fosse de um massacre de tipógrafos e revisores.

O segundo modo de fazer o jornal é faze-lo instrumento de demolição. Não foi o panfleto que matou a monarquia, foi o espírito da **Gazeta de Notícias** e da piada de guarda-livros portugueses. O gênero Rochefort é um gênero terrível, eu o reconheço. Esse jornal eu não o poderia fazer.

Há um terceiro modo – é um jornal que reconhecendo a força da atual tendência republicana a trate como uma doença da ignorância ou da razão, e cujo papel na imprensa possa ser comparado ao de um médico em um hospício de alienados. ‘Au fond de toute femme, il y a une douce folle qu’il faut ramener par des caresses et des suaves paroles’, disse o nosso mestre Renan. Tire as ‘doças carícias’ e aí está o caso da idéia republicana, sobretudo na mocidade e o modo de trata-la. Esse seria o meu jornal. Um jornal monárquico como o entendo teria que semear primeiro a tolerância. Só quando ela tivesse entrado nos quartéis e nas escolas militares (parece um sonho) e à sombra dela, é que ele pensaria em fazer agitação monárquica ou ajudar a que se fizesse em redor dele (...); ficava entendido que o jornal não sofreria a censura de nenhum dos grupos ou diretórios enquanto durasse o meu contrato, que eu seria o capitão do navio em alto mar”¹¹.

Suas opiniões acabaram por isola-lo na oposição e levaram-no a escrever na imprensa apenas o necessário para sobreviver. Preferiu dedicar-se ao preparo de livros – além de **Um Estadista**, organizou **Balmaceda, A Intervenção Estrangeira e a revolta da Armada** –, idealizou uma biografia do Imperador e uma história do abolicionismo. Também deu continuidade à polêmica com ex-correligionários registrada, por exemplo, no opúsculo **O**

¹¹ NABUCO, J.- *Cartas a Amigos*. v. 1. p. 264-5.

dever dos monarquistas (1895)¹², escrito em resposta às críticas feitas pelo barão de Jaceguai à monarquia.

2.2. Engendrando uma “conciliação” com a República

Embora mais confortável do que nos anos anteriores, a situação dos opositoristas ainda era delicada durante a gestão de Prudente de Morais. Apesar de encoberto, o “terror jacobino” de cunho florianista (representado no governo pelo vice presidente Manoel Vitorino) continuava atuante e, principalmente, ameaçador em relação aos restauradores e mesmo ao presidente civil, conforme testemunha uma tentativa frustrada de assassinato ocorrida em novembro de 1897, que vitimou o ministro da guerra Marechal Machado Bittencourt. Em virtude das derrotas do Exército republicano frente ao Arraial de Canudos, interpretada como uma “conspiração restauradora”, a ameaça jacobina havia atingido seu ápice naquele ano. Em retaliação àquelas derrotas, empastelaram jornais da oposição e, no Rio de Janeiro, assassinaram o cel. Gentil de Castro, proprietário de uma destas folhas, episódios que obrigaram muitos monarquistas, dentre eles Nabuco, a deixar a cidade. Em carta a Rebouças, datada de março de 1897, expressou sua opinião sobre o jacobinismo dominante, sobre o perfil, o destino e as causas dos problemas do país e sobre como achava que se deveria proceder diante deles: compreender as causas naturais e históricas da selvageria e da violência e ter a paciência cobrada pelos desígnios divinos para ultrapassá-los:

“Estamos outra vez neste desgraçado país sob o terror jacobino. Os monarquistas desapareceram da cidade por não se encontrarem com a masorca Tiradentes, com ‘les bandes de massacreurs’ que lincharam o pobre Gentil de Castro no trem de Petrópolis. A morte do Moreira César tem alguma coisa que parece a mão de Deus. Ele que fez matar tanta gente em Santa Catarina, fazendo desaparecer os corpos, foi morrer no sertão da Bahia da bala de um jagunço, tendo a cabeça, segundo se diz, levada para Canudos. A derrota foi um pânico, uma fuga, que muito desmoraliza o nosso exército. É um golpe no prestígio do exército como a revolta o foi no prestígio da armada, e a diminuição do ascendente militar no espírito dos republicanos é um impulso para a anarquia do país. Os monarquistas que nada tiveram com o Antonio Conselheiro, que não são culpados do pânico da tropa nem de sua incapacidade para tomar um lugarejo defendido por fanáticos quase sem armamento, foram logo responsabilizados por tudo! Destruíram tudo quanto havia nas tipografias monarquistas e mataram a revólver o Gentil de Castro, que era o grande amigo, como você sabe, do Ouro Preto. A nossa condição aqui é esta; ao menor contratempo da república, a cada inépcia que ela comete, asneira que faz ou que lhe sai mal sucedida soltam o grito de mata monarquista! E a rua do ouvidor (hoje Moreira César!) enche-se de ‘sans-culottes’ prontos para qualquer serviço. Eis a que reduziram o nosso país. De um povo honesto e sério que éramos tiraram essa

¹² NABUCO, J.- *O dever dos monarquistas. Carta ao almirante Jaceguay*. R. De Janeiro, Typ. Leuzinger, 1895. O opúsculo vinha responder um artigo do almirante, de título “O dever do momento”, recentemente publicado no Jornal do Comércio.

escória sanguinária e epilética que hoje nos governa, dominando as ruas e impondo o governo. Seja tudo pelo amor de Deus. A pátria é assim mesmo, é preciso não recusa-la nesses momentos em que ela se torna selvagem e hedionda, porque esta manifestação é o resultado e a expressão de causas anteriores acumuladas, é o erro das gerações passadas que dá o seu fruto. É preciso deixar passar o carnaval de sangue e a onda de lama, fiel ao nosso próprio destino, que foi nascermos brasileiros (...).¹³

Foi neste clima de convivência com o militarismo e o terror jacobinos, ora explosivos ora encobertos, vigentes entre 1893 e 1897, e sob o receio constante de sua intervenção, que o texto de **Um Estadista** ganhou corpo, foi finalizado e publicado. Seu conteúdo demonstrou a repúblicanos e monarquistas de vários matizes as origens históricas daquela “doença republicana” que acometia alguns governantes e iludia uma população imatura e despreparada para o exercício da política. E tentou fazê-los compreender, a partir da experiência monárquica, os princípios e procedimentos do “liberalismo autêntico” e da política com P maiúsculo. Para Nabuco, esta modalidade de política pressupunha premissas: a soberania da ordem sobre a anarquia; da tolerância sobre a força bruta; da argumentação burilada como conhecimento e arte, voltada para o esclarecimento dos erros do presente e do passado, no lugar da propaganda panfletária. Também pressupunha precisos procedimentos políticos: a primazia das reformas sobre as revoluções e das conciliações de cunho conservador ao exclusivismo e radicalismo partidário. Todavia, a tolerância e a conciliação concebidas por Nabuco tinham balizas muito claras: deveriam estar subordinadas ao princípio da ordem, da autoridade e da tradição, traços que, em seu entender, não comprometiam seu perfil liberal, pois inspiravam-se num lema recorrente na história do Império e no desempenho de seus grandes estadistas: “*poupar os submissos e debelar os soberbos*”. Isto significava que, na experiência brasileira, não poderia haver qualquer tipo de contemplação com os “jacobinos”, ou com “as influências locais”, quando insubmissos. Foram esses princípios, conforme já mencionamos, recolhidos à política monárquica conservadora e (re)iluminados pelos episódios do presente que orientaram a argumentação e análise realizadas pelo historiador Nabuco em **Um Estadista** na narrativa do desempenho de Nabuco de Araújo e rememoração do passado da nação.

¹³ NABUCO, J.- *Carta a Amigos*, p. 274-5.